

Falta de professores marca início do semestre para cursos do Reuni no Centro de Ciências da Saúde

O semestre de 2010/2 teve início com problemas de falta de professores para os cursos de Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição e Fonoaudiologia. Dos 18 professores previstos para ingressar em março, no Centro de Ciências da Saúde (CCS), apenas 7 foram nomeados, o que fez com que os estudantes ficassem sem aula no início do período.

“Todos os concursos previstos para 2010 foram realizados, mas as nomeações não foram feitas no prazo, o que prejudicou o início do semestre”, explicou o diretor do CCS, Carlos Alberto Redins. Ele ainda afirmou que esses concursos deveriam ter ocorrido em 2009, o que provavelmente evitaria o problema atual, pois os novos professores já poderiam estar lecionando.

Um dos cursos mais prejudicados foi o de Terapia Ocupacional, que ofertou 5 matérias para as quais não havia professor. “O quadro docente está com a carga horária máxima e ainda precisamos de 3 professores para atender às demandas”, disse Gilma Corrêa Coutinho, coordenadora do curso de Terapia Ocupacional. Ela enfatizou que, caso não seja solucionado o problema das nomeações, o tempo de formação dos alunos ficará prejudicado, pois passará a ser de 4 anos e meio, no mínimo. “O atraso na formação pode gerar o desestímulo do aluno. Além disso, a procura pelo curso, que está num momento de divulgação para a comunidade, pode cair”, constatou Gilma.

O atraso nas nomeações também gerou dificuldades para o curso de Fisioterapia. Ainda que neste semestre apenas uma disciplina tenha ficado sem professor, o problema também ocorreu em outros períodos. “A carga horária das disciplinas ficou prejudicada, pois com o atraso na nomeação de professores, as aulas começavam na metade do período”, afirmou Dayse Caroline Santos da Silva, estudante de Fisioterapia.

Na data de fechamento do jornal, foram efetivadas 5 nomeações, que irão cobrir as disciplinas sem professor dos cursos do Reuni, neste semestre. No entanto, conforme

informações do diretor do CCS, foram utilizadas vagas de aposentadoria recentes do centro, pois as nomeações que deveriam ser feitas pelas vagas do Reuni continuam sem sair. O prazo máximo estipulado pelo Governo Federal para a nomeação de todos os professores que fizeram concurso em 2010 é o final do ano.

Nomeações do Reuni ampliarão pesquisa e extensão. Não é apenas o ensino de graduação que fica prejudicado com a demora na nomeação dos professores. Os projetos de pesquisa e extensão também ficam limitados. “Os atuais professores estão sobrecarregados com as aulas, não tendo como avançar mais em pesquisa e extensão, o que seria um ganho para a universidade”, afirmou a coordenadora do curso de Terapia Ocupacional, Gilma Corrêa Coutinho.

Aulas práticas ainda não possuem laboratórios adequados

Além da demora na nomeação dos professores, outra dificuldade tem sido a infra-estrutura, principalmente de laboratórios, para a execução de aulas práticas. De acordo com a coordenadora do curso de Fisioterapia, Grace Kelly Filgueiras Freitas, devido ao atraso na conclusão de uma obra que teria salas de aula e laboratórios, as aulas práticas tiveram que ser realocadas para outros espaços do centro, sofrendo adaptações. “ Fizemos uma rápida reforma em algumas salas, mas temos problemas com mobiliado. Faltam macas, por exemplo”, explicou Grace. Ela informou que a estrutura de mobília estava vinculada ao projeto da obra que atrasou e por isso os laboratórios provisórios não estão adequados. Os equipamentos especializados, porém, já foram adquiridos.

O estudante de Terapia Ocupacional, Crystian Moraes, relatou que suas aulas práticas foram feitas em cima de bancadas e mesas, pois não havia macas, e também com cadeiras que não eram adaptadas. “Se não temos as condições necessárias para avaliar um paciente dentro da universidade, como faremos na vida profissional?”, questionou Crystian. Ele reiterou



Foto: Luciana Silvestre

Estudantes reivindicam estrutura adequada para os cursos.

que esse problema é minimizado pelo esforço dos professores, que garantem qualidade às aulas.

Para os estudantes dos cursos de Nutrição e Fonoaudiologia, a preocupação é com o prazo do término das obras, para que possam ter aulas em espaços adequados. “No próximo ano, precisaremos do laboratório de técnica dietética e não temos segurança se estará pronto”, disse Juliana Cavalcante, estudante de Nutrição. Já o estudante de Fonoaudiologia, Ives Pádua de Oliveira, reivindica um espaço próprio para o curso. “Atualmente, temos feito as práticas de Audiologia no hospital, no espaço de Otorrino. Acho que o ideal seria ter um espaço específico para Fono”, opinou.

De acordo com o diretor do CCS, das 3 obras previstas com recursos do Reuni, todas já foram licitadas, sendo que uma já foi finalizada. Tanto a conclusão da obra de expansão do prédio básico, como a do prédio que abrigará o laboratório do curso de Nutrição, salas de professores, de aulas teóricas e práticas, e parte da estrutura administrativa dos cursos, estão previstas para março de 2011.

Clínica Escola prevê práticas com atendimento social. O espaço original para as aulas práticas, contido no projeto pedagógico dos cursos do Reuni, é a Clínica Escola, que também pretende ser uma referência em reabilitação no ES, funcionando com uma equipe interdisciplinar de Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia,

Nutrição, Fisioterapia, Medicina, Serviço Social e Psicologia. No entanto, a Clínica não foi construída ainda porque seu orçamento ficou num valor muito acima do que foi disponibilizado, para obras, pelos recursos do Reuni. Dessa maneira, as práticas que seriam congregadas nesse espaço serão feitas, por enquanto, nas dependências do hospital e nos laboratórios das obras que serão finalizadas. “O fato de não haver o espaço da Clínica não significa prejuízo à qualidade de ensino do aluno, pois há outros espaços para isso no CCS. O que fica comprometida é a vivência social e interdisciplinar que haverá nesse ambiente, além do que pode ser oferecido em termos de saúde para o estado”, explicou Grace Kelly. Para que esse projeto saia do papel, é preciso de novos recursos financeiros. Por isso, a coordenadora do curso de Fisioterapia enfatiza que a Ufes precisa assumir a construção da Clínica Escola como um projeto social da universidade, e não apenas como laboratórios dos cursos do Reuni.



Foto: Luciana Silvestre

Laboratórios são adaptados para disciplinas práticas.

Andes-SN apresenta eixos de discussão de carreira

Estatuante está em pauta na Ufes

Plebiscito pelo limite da propriedade da terra

Andes-SN mobiliza docentes para a construção de novo projeto de carreira

O Andes-SN está mobilizando os docentes das universidades do país para construir uma nova proposta de carreira para a categoria. O objetivo é reverter o quadro de perdas que desconfigurou completamente a carreira docente criada em 1987 e forçar uma negociação efetiva com o governo.

Para isso, o Sindicato Nacional aprovou, durante reunião conjunta do Setor das Federais e do Grupo de Trabalho (GT) Carreira do Andes-SN, nos dias 17 e 18/7, cronograma e roteiro de questões (ver box) a serem debatidas pela base do movimento, em blocos temáticos, até novembro de 2010, quando a proposta de carreira do Andes-SN será sistematizada. “A carreira é estratégica para a existência da universidade pública de qualidade e para garantia

de direitos dos docentes. Entretanto, a reforma neoliberal do Estado promoveu a reestruturação das carreiras do serviço público, com sistemática retirada de direitos. É neste contexto que o atual governo anuncia sua intenção de acelerar a reestruturação da carreira docente, para além das medidas que já alteram, na prática, a sua conformação original”, afirmou a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa Pinto.

Proposta do Governo. A minuta de Projeto de Lei (PL) do Executivo sobre estruturação de carreira docente de nível superior federal foi apresentada ao Andes-SN no dia 21/7, após reunião entre representantes da entidade e o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

(MP), Duvanier Paiva Ferreira. Conforme o secretário, o governo poderá enviar o PL ao Congresso Nacional, após as eleições presidenciais, atendidas certas condições.

O projeto estabelece a criação de uma nova classe, a de Professor Sênior, cujo último nível seria equivalente ao da classe do Professor Titular, mas que ainda não tem os critérios de acesso definidos. “A idéia é que essa classe seja acessada no futuro, para garantir que não tenha impactos imediatos no orçamento. Além disso, o ingresso passará a ocorrer somente no início da carreira”, disse Duvanier. O PL também cria duas novas remunerações: as gratificações para coordenadores de cursos e de preceptorias para docentes que atuam nos hospitais universitários. Em relação à questão dos aposentados, Duvanier afirmou que é preciso afastar essa idéia de que o docente que se aposentou continua na carreira.

Avaliação do Andes. A preocupação do Andes-SN com possíveis alterações na carreira docente remonta à campanha salarial de 2008, quando o Sindicato Nacional, por decisão das assembléias de base, se negou a assinar os acordos propostos, pois já identificava a tentativa do governo de transformar a carreira, desconsiderando os pressupostos defendidos pelo movimento docente. Conforme análise do Sindicato, o governo parece querer aprofundar essas alterações agora, atacando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, discriminando os aposentados, desqualificando a titulação e o regime de Dedicção Exclusiva e condicionando o desenvolvimento da carreira à avaliação produtivista, além de sua postura recorrente de distanciar o tratamento dado à carreira dos docentes do 3º grau do destinado à carreira dos docentes do ensino básico e tecnológico.

Eixos definidos para o debate

- Pressupostos sobre o ambiente em que o trabalho docente deve ser exercido.
- Fatores que devem incidir no desenvolvimento do docente na carreira.
- Carreira única - cargo único.
- Estrutura.
- Isonomia em salário global – uma linha só no contracheque.
- Transposição da situação anterior para a situação nova.
- Mobilização – Trabalho de Base.



Seções sindicais formulam roteiro de debate sobre Carreira Docente em reunião do setor das Ifes.

GTCA define eixos para construção da política de comunicação do Andes-SN

Com o objetivo de definir eixos norteadores de uma política nacional de comunicação para o Andes-SN, representantes de diversas seções sindicais participaram de uma reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA), nos dias 24 e 25 de junho, em Brasília (DF). Na ocasião, também foi estabelecido um cronograma para a for-

mulação das linhas políticas, que serão aprovadas no 30º Congresso do Sindicato Nacional, previsto para ser realizado em fevereiro de 2011, em Uberlândia (MG).

No encontro, o responsável pela Imprensa e Divulgação do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, apresentou as iniciativas da atual diretoria em relação ao setor de comunicação. Ele afirmou que já foram tomadas as medidas necessárias para a apresentação de uma proposta de portal eletrônico que irá substituir a atual página do Andes-SN na internet. “Será desenvolvido em software livre, com grande capacidade de gerenciamento e armazenamento de dados”, explicou Schuch.

Para o Secretário Geral da Adufes, Ricardo Behr, que integra o GTCA, a discussão dos eixos de uma política nacional de comunicação é extremamente importante. “É necessário que se tenha uma política de comunicação nacional para que a luta seja integrada entre a base e a direção do sindicato”, destacou Behr.

Eixos. Os membros do GTCA aprovaram 13 eixos para serem discutidos pelas seções sindicais, entre os quais se destacam as estratégias gerais; a comunicação entre o Andes e as seções sindicais e também com outros movimentos sociais; a definição dos veículos de

comunicação e o perfil editorial; e a necessidade de contratação de mais profissionais na área de comunicação para o sindicato nacional.

Políticas gerais do país. O GTCA também definiu uma pauta relacionada à política de comunicação no país, que deverá ser debatida pela categoria. A posição e ação política sobre o software livre e sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista; bem como as deliberações da Conferência Nacional de Comunicação constam nessa pauta.



GTCA formula princípios para comunicação do Andes-SN

Estatuante será discutida na Ufes em 2010/2011

No final de 2009, foi instituída, pelo Conselho Universitário, a comissão mista com a finalidade de propor o regimento geral e revisão do atual estatuto da universidade. Composta por 6 representantes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), 4 técnico-administrativos e 2 discentes, a comissão tem até meados de 2011, para discutir com a comunidade acadêmica a proposta de minuta do processo estatuinte que será aprovada num Congresso.

De acordo com a presidente da comissão mista estatuinte, professora Maria Aparecida Barreto, a elaboração de um novo Estatuto que contemple a realidade e todas as necessidades da Ufes é um desafio. “É necessária a participação efetiva de toda a comunidade acadêmica para que seja elaborada uma proposta que valorize a autonomia universitária e seja condizente com os anseios de toda a universidade”, destacou Maria Aparecida.

Desde a criação da comissão, algumas atividades já foram desenvolvidas, entre elas, o envio de um documento para todos os centros informando sobre o início do processo e solicitando o envio de sugestões. Além disso, também foram feitas algumas reuniões da comissão, que pautaram a maneira como o debate poderia ser encaminhado na Ufes, porém a discussão ainda é incipiente. “A comissão está pesquisando como esse processo democrático ocorreu em outras universidades para montar uma agenda de atividades”, explicou Maria Aparecida.

Para um dos representantes da comissão, professor Carlos Alberto Redins, esse não é um processo rápido, pois deve ser discutido democraticamente, e exige várias etapas. “Não podemos cair no erro de fazer apenas alterações de pouco significado e com baixa participação, pois as mudanças no estatuto e no Regimento Geral devem propiciar que desburocratização da universidade”, salientou o representante.

A comissão tem alguns meses para apresentar a proposta de como

deve ser o Congresso Estatuinte. Cabe ao grupo propor os eixos temáticos, o número e a forma de eleição de delegados. A proposta será apresentada ao Conselho Universitário, que dará a palavra final sobre a realização do Congresso, previsto para ocorrer em 2011.

Composição da comissão é centralizada. Instituída pelo reitor em dezembro de 2009 e referendada pelo Conselho Universitário, a comissão não foi definida de forma consensual. “A atual formação do grupo estatuinte privilegia os representantes do conselho universitário e contempla, minoritariamente, os representantes estudantis e dos técnico-administrativos, o que dificulta a ampliação do debate na Ufes”, disse Vitor Noronha, diretor de Movimentos Sociais do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ele ainda afirmou que não há uma participação da sociedade civil organizada nesse processo e que, por isso, o debate deve ser lançado amplamente para a comunidade.

Na visão do presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, os segmentos de representação coletiva organizados deveriam ser contemplados nessa comissão. “A Adufes, o Sintufes e o DCE poderiam integrar essa comissão, já que possuem um acúmulo histórico no debate de gestão administrativa e acadêmica da universidade”, defendeu Rocha. Ele ainda lembra que a comissão precisa ser mais operante, uma vez que foi instituída há mais de 6 meses e, até o momento, essa discussão ainda não ocorreu de maneira efetiva nos espaços da Ufes.

Autonomia universitária deve ser princípio do estatuto. A expectativa é de que o novo Estatuto da Ufes seja discutido com toda a comunidade acadêmica e que seu princípio norteador seja a autonomia universitária. “É necessário que a comissão se comprometa em propor um cronograma de atividades que discutam o papel da universidade e a instituição de ensino que queremos, para que sejam formu-



Imagem: Stock.xchng

ladas propostas de defesa do ensino superior gratuito e de qualidade”, sugeriu Rocha. Nesse sentido, em reunião do CEPE do dia 30/06, o Secretário Geral da Adufes, Ricardo Behr, solicitou formalmente à comissão que sejam promovidas audiências públicas nos centros da universidade para que todos possam contribuir diretamente na elaboração do documento.

Uma reforma estatutária não é necessariamente uma estatuinte. “A estatuinte pressupõe um processo democrático de discussão com a base que vai ser regida por aquela legislação” explicou o representante do DCE, Vitor Noronha. Ele acrescentou que, para reformular o estatuto, é importante que várias questões sejam discutidas, como a reformulação dos Conselhos Superiores, a fim de que a representação dos segmentos da universidade seja paritária. Outros pontos que também merecem ser discutidos, segundo Rafael Sodré, representante do DCE, são a criação da Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Assuntos Comunitários e a realização de eleições diretas e paritárias para a direção dos centros.

Última estatuinte da Ufes ocorreu há 20 anos

O Estatuto da Ufes em vigor é de 2002 e foi aprovado após um processo de Estatuinte, que aconteceu no início dos anos 90. Porém, em uma década, muito foi alterado no âmbito admi-

nistrativo e acadêmico na universidade, como a ampliação dos campi da Ufes e a instituição do regime de cotas. Outro instrumento normativo que também entrará em pauta do processo de discussão estatuinte é o Regimento Geral da universidade, que conforme a Assessoria de Comunicação da Ufes, foi criado em 1985, logo após o regime militar.

Universidades estão na luta pela construção de uma nova estatuinte.

Como em todo o país tem ocorrido uma reestruturação nas universidades, há uma intensa mobilização em torno da temática da construção de um novo estatuto e regimento interno. Esse debate também está sendo realizado pela Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Feira de Santana (UFFS) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). O ponto comum de discussão que ocorre nessas instituições é a necessidade de criação de um instrumento normativo mais participativo e que compreenda os anseios da comunidade acadêmica.



Imagem: Site da UFEFS
Universidade Estadual de Feira de Santana (BA) mobiliza comunidade acadêmica para a Estatuinte

Regional Leste do Andes-SN realizará caravana em Minas Gerais

Com o objetivo de aproximar o Andes-SN do cotidiano dos novos professores, a Regional Leste irá realizar a 1ª caravana de debates, com o tema: “Novos docentes, antigos e

novos desafios”. A atividade irá ocorrer no dia 24/09, no campus do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, em Ituiutaba (MG).

Entre os temas de debate estão as

condições de trabalho e a expansão das universidades; carreira docente e aposentadoria; e desafios do Andes-SN na luta pela valorização do trabalho docente. A proposta da atividade foi tirada na

reunião da Regional Leste que ocorreu no dia 03/08, na sede da ADFUNREL, em São João Del Rei, onde foram articuladas propostas para ampliação e consolidação das seções sindicais da Regional.

Limite da propriedade da terra é tema de plebiscito popular

Entre os dias 1º e 7 de setembro, irá ocorrer o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra, que tem por objetivo ser um instrumento de pressão política para inserir um limite jurídico para propriedade da terra no Brasil, o que ainda não existe. O plebiscito é uma iniciativa do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, com apoio de diversas entidades e movimentos sociais. Na Ufes, haverá urnas do Plebiscito no campus de Goiabeiras.

Para saber mais sobre a questão agrária no Brasil, leia a entrevista de João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao Fique por Dentro!

Qual o panorama da Reforma Agrária no Brasil?

A reforma agrária é uma política de estado para distribuir de forma massiva a propriedade da terra e, portanto, democratizá-la. Porém, o Brasil vem registrando, pelo censo agropecuário, um processo crescente de concentração da propriedade da terra, que atualmente é maior que na década de 1920. A lógica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira está levando a uma concentração da propriedade da terra e da produção, o que cria um impasse, pois não há espaço para realizar uma verdadeira reforma agrária.

O que está em disputa hoje no campo brasileiro são dois modelos de organização da produção na agricultura. De um lado, o modelo do capital, que é controlado por grandes empresas transnacionais, pelos bancos, aliados a fazendeiros capitalistas, que é o agronegócio. Esse modelo é baseado na monocultura, no uso intensivo de venenos, de sementes transgênicas e que prioriza a produção de commodities para exportação. Nós temos outro projeto, que é o projeto de agricultura popular, que interessa ao povo e aos trabalhadores e pretende democratizar o acesso à terra. Ele é baseado na organização de uma agricultura diversificada, que prioriza a produção de alimentos para o mercado interno e que fixa os trabalhadores no campo, usando técnicas agrícolas que não usam venenos para garantir alimentos saudáveis.

O que precisa ser feito para efetivar o projeto de agricultura popular?

A saída para isso é a derrota do neoliberalismo e da proposta do agonegócio, quando houver um processo de maior reascenso do movimento de massas no Brasil. Por isso, a reforma agrária está difícil, porque ela não é mais um problema dos Sem Terra, depende da população brasileira para construir outro projeto para a sociedade e também para a agricultura. Seria ilusão achar que um simples governo, por mais de esquerda, por si só, conseguiria implementar esse projeto. Um novo modelo de agricultura não depende só de governo, mas de alterar a correlação de forças da classe trabalhadora na sociedade e de outra circunstância histórica.

Como os professores das universidades podem contribuir com a luta pela Reforma Agrária?

Os professores têm uma missão muito grande em contribuir com as mudanças na sociedade como um todo. Eles precisam levar para as universidades esse debate de projeto de sociedade. Infelizmente, a universidade, tanto seu corpo de estudantes como de professores, sofre a mesma apatia que está na sociedade, que é o descenso do movimento de massas.

A segunda contribuição é no campo específico da educação. É impossível aplicar a reforma agrária sem ser combinada com a educação, pois não dá para distribuir terra e as pessoas continuarem analfabetas, até porque é um direito da população rural ter acesso ao ensino universalizado e em todos os níveis. Mas para isso é preciso que os professores nos ajudem, indo para o campo nesse movimento de interiorização do ensino médio e superior, pois são eles que detêm a possibilidade de democratizar o conhecimento.



Stédile defende projeto de agricultura popular

ASSESSORIA JURÍDICA DA ADUFES CONSEGUE SENTENÇAS FAVORÁVEIS PARA DOCENTES

TRF mantém sentença favorável à Adufes. Em decisão favorável à Adufes, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (ES/RJ) manteve sentença que determina a devolução de valores cobrados pela Ufes a título de consignação. A universidade descontava da Adufes um percentual indenizatório de todas as contribui-

ções e mensalidades pagas pelos professores associados. Em razão do atual entendimento acerca da questão, a Assessoria Jurídica ingressou com ação judicial para que a Ufes interrompesse a cobrança. O TRF entendeu que a Adufes é isenta de tal contribuição, devido à sua natureza jurídica de entidade sindical. A Ufes foi condenada a restituir ao sindicato os valores correspondentes aos descontos em consignação.

Processo do reajuste 28,87% em fase final de execução. A Assessoria Jurídica entrou em contato com a Justiça Federal do Espírito Santo, onde tramita o processo de nº 95.0006698-0, movido pela Adufes em face da Ufes. A ação judicial já tem sentença transitada em julgado (quando não cabe mais qualquer tipo de recurso) favorável aos docentes que pleiteavam o

reajuste de 28,87% com retroação ao mês de janeiro de 1993 sobre seus proventos e a integração das respectivas diferenças remuneratórias. Os funcionários da 2ª Vara Federal Cível informaram que o processo já se encontra na parte final da fase de execução e provavelmente os valores estarão disponíveis dentro de poucos meses, com a devida correção monetária.

Ingresso de ação judicial contra a minoração de vantagem salarial. Diversos docentes receberam notificação do Departamento de Recursos Humanos (DRH) da Ufes, desde o início do mês de agosto, informando a necessidade de Reposição ao Erário para a restituição de benefícios concedidos erroneamente. A parcela do pagamento indevido mencionado pelo Ofício corresponde ao da vantagem prevista no artigo 192, inciso I da Lei 8.112/90 (Lei do Regime Jurídico Único). A Assessoria Jurídica da

Adufes está analisando o caso para o ingresso de ação judicial pleiteando a Não-Reposição ao Erário, pois acredita tratar-se de mera mudança de interpretação do texto legal por parte do órgão da universidade. Os professores nesta situação devem procurar a Assessoria Jurídica, pois é necessário primeiramente apresentar defesa administrativa no prazo estipulado pelo Ofício.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Donato de Oliveira
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Souza Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

Dulcinéa Sarmiento Rosemberg
3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares